

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PODER LEGISLATIVO

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PA

2ª COMISSÃO PERMANENTE

Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação

4ª COMISSÃO PERMANENTE

Transporte e Comunicações, Turismo, Comércio e Indústria

Projeto de Lei de Autoria: Poder Executivo

EMENTA: *DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO § 2º DO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 20.056 DE 2016 QUE TRATA SOBRE A INDIVIDUALIZAÇÃO DOS BOXES PARA FINS LICITATÓRIOS.*

1. RELATÓRIO

Trata-se de **Parecer Conjunto** da 2ª Comissão Permanente de Finanças, Constituição, Justiça e Redação e da 4ª Comissão Permanente de Transporte e Comunicações, Turismo, Comércio e Indústria, para fins de análise e emissão de parecer acerca da legalidade e materialidade do **Projeto de Lei (Proc. Leg. nº 1815/2025)**, de autoria da **Prefeitura Municipal de Santarém**, revogando o § 2º do art. 5º da Lei Municipal nº 20.056/2016¹, norma que tratou da concessão de uso onerosa de bens públicos.

Na justificativa, em síntese, é explicado que a proposta visa garantir maior segurança jurídica no que concerne à realização de ações do ente municipal, posto que o dispositivo supramencionado pode ensejar interpretações limitantes na atuação do Gestor.

Nesta Casa, os membros das Comissões em epígrafe se reuniram, juntamente com representantes dos licitantes, no dia 28 de maio, a fim de discutir a matéria.

É o sucinto relatório.

2. PARECER DO RELATOR

2.1- A presente propositura tem por finalidade extirpar dispositivo que versava sobre critério a ser observado quando do procedimento de licitação para a concessão de uso a título oneroso, mediante pagamento mensal para exploração econômica, de diversos espaços públicos locais.

2.2- Em verdade, a matéria remonta ao *Termo de Ajuste de Conduta nº 001/2015-MP/9ªPJ/STM*, estabelecido entre o Ministério Público do Estado do Pará e diversos compromissários, incluindo a Prefeitura e a Câmara Municipal de Santarém, bem como a Associação dos Lojistas do Mercado Modelo e Municipal. O referido acordo objetivava regularizar a licitação dos espaços públicos/boxes nos Mercados Municipais de Santarém, que historicamente haviam sido ocupados por meio de contratos precários.

2.3- Tal situação deu origem à Lei Municipal nº 20.056/2016, que tratou da concessão onerosa de uso de bem público propriamente dita. Nesse diploma legal é mencionado que o Poder Executivo Municipal deveria realizar concessão de uso onerosa dos espaços públicos denominados boxes/congêneres localizados nos mercados municipais ou outros bens públicos de propriedade do Município, cabendo à Municipalidade realizar o dito processo licitatório para a ocupação até o ano

¹ LEI MUNICIPAL Nº 20.056/2016

Art. 5º A seleção dos concessionários será feita mediante processo licitatório na modalidade concorrência do tipo melhor oferta financeira.

§ 2º Os boxes serão individualizados para fins de licitação. [grifo não original]



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PODER LEGISLATIVO

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PA

de 2025. Tal prazo decenal, vale dizer, foi estabelecido considerando a vulnerabilidade das pessoas que dependiam economicamente dos pontos comerciais.

2.4- Do ponto de vista jurídico, insta mencionar, primeiramente, que a matéria corresponde a assunto de interesse local, além da clara competência da Administração para tratar de concessões públicas, conforme prevê a legislação pátria (art. 30, I, CF/88² c/c art. 7º, I, LOM³). Outrossim, a iniciativa da matéria mostra-se igualmente adequada, dada a competência do Prefeito para, dentre outras competências, dispor sobre a organização e o funcionamento da máquina pública, cabendo, no entanto, à Câmara autorizar tais ações, consoante dispõe a Lei Orgânica Municipal (arts. 7º, I; 10, VII; 37, VIII; LOM)⁴.

2.5- Outrossim, nota-se que a remoção do dispositivo legal, conforme mencionado na justificativa, tem por motivação trazer maior segurança jurídica à licitação, garantindo o cumprimento a que se destina o processo licitatório, até mesmo para evitar atos ardis contra à Administração Pública.

2.6- Assim, a Municipalidade resguarda os direitos da população e dos licitantes, além de propiciar a efetiva ocorrência do certame e assegurar o fiel cumprimento dos direitos de toda a coletividade. A alteração almejada, portanto, se justifica para fins da concretização de mera exequibilidade referente ao processo licitatório, sendo adequado ao fim proposto.

2.7- Para além dessas considerações, esta relatoria vem apresentar **Emendas Modificativa e Aditiva** à proposta, de maneira a estender o prazo de permissão previsto no art. 3º da Lei Municipal nº 20.056/2016⁵, de 15 (quinze) para 25 (vinte e cinco) anos, senão vejamos:

2.7.1- Altere-se a **Ementa** da proposta, para que conste da seguinte forma: “**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 20.056, DE 04 DE JULHO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**”

2.7.2- Renuncie-se o **antigo art. 2º**, de modo que passe a constar como **art. 3º**.

2.7.3- Através de Emenda Aditiva, acrescente-se **novo art. 2º** à proposta com essa redação:

“Art. 2º. O art. 3º da Lei Municipal nº 20.056, de 04 de julho de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O prazo da permissão será de 25 (vinte e cinco) anos, prorrogáveis por uma única vez, por igual período, se houver interesse das partes.”

² CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

³ LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 7º. No exercício de sua autonomia, ao Município compete, especificamente:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

[...]

Art. 10. Cabe a Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município e especialmente:

VII – autorizar a alienação e concessão de bens imóveis;

[...]

Art. 37.

Parágrafo único. A lei disporá prioritariamente sobre as seguintes matérias:

VIII – a concessão de bens imóveis;

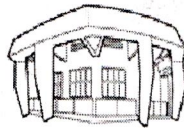
⁴ LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Art. 53. Compete privativamente ao Prefeito:

VIII – dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

⁵ LEI MUNICIPAL Nº 20.056/2016 (redação original)

Art. 3º O prazo da permissão será de 15 (quinze) anos, prorrogáveis por uma única vez, por igual período, se houver interesse das partes. [grifo não original]



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PODER LEGISLATIVO

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001
CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PA

2.8- Por todo o exposto, esta relatoria entende que a presente propositura está em condições de ser **APROVADA** por estas **2ª e 4ª COMISSÕES PERMANENTES**, vez que inexistente óbice jurídico que impeça seu deferimento, além de ser pertinente quanto à sua materialidade, **com as mudanças sugeridas**.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Gabinete do Ver. Alexandre Maduro, em 2 de junho de 2025


Ver. ALEXANDRE MADURO – MDB
Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

PÓDER LEGISLATIVO

Avenida Dr. Anysio Chaves, 1001

CEP. 68.030.290 - SANTARÉM-PA

2ª COMISSÃO PERMANENTE

Finanças, Contas, Constituição, Justiça e Redação

4ª COMISSÃO PERMANENTE

Transporte e Comunicações, Turismo, Comércio e Indústria


CONCLUSÃO DAS COMISSÕES

Diante dos fatos explicitados, os membros infra-assinados da **2ª e 4ª Comissões Permanentes** votam pela **APROVAÇÃO** da presente proposta, posto atender aos preceitos legais e regimentais.

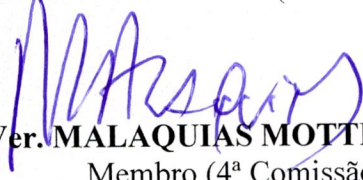
Sala das Sessões, Plenário do Palácio Tapajós, em 2 de junho de 2024.



Ver. ALEXANDRE MADURO – MDB
Membro/Relator (4ª Comissão)

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM



Renilson Vinte
Vereador - PSD


Ver. RENILSON VINTE – PSD
Presidente/Membro (4ª Comissão)



Ver. MALAQUIAS MOTTIN – PSC
Membro (4ª Comissão)


Ver. SÉRGIO PEREIRA – PP
Membro (4ª Comissão)


Ver. ERLON ROCHA – MDB
Presidente/Membro (2ª Comissão)


Ver. ALAÉRCIO CARDOSO – PSD
Membro (2ª Comissão)


Ver. ELIELTON LIRA – PDT
Membro (2ª Comissão)


Ver. ERASMO MAIA – UNIÃO
Membro (2ª Comissão)

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM

Ver. GERARDO DE CASTRO – PP
Membro (2ª Comissão)